

Reativação depende de credibilidade

Como um toque mágico, a mudança do atual governo, sem credibilidade, poderá dar ânimo novo ao empresariado, que voltará a investir propiciando a verdadeira recuperação econômica. Mas, além de um presidente da República que tenha respaldo popular, Abílio Diniz, vice-presidente do grupo Pão de Açúcar e membro do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, acha fundamental que haja um programa de modificação da atual política econômica.

"A estratégia de política econômica a ser seguida deve garantir não apenas a recuperação do nível de atividade mas também promover uma reorientação das estruturas econômicas internas que torne a um só tempo o crescimento econômico compatível com as limitações no setor externo e coerente com as aspirações nacionais de melhor distribuição de renda", salienta Diniz. Nesse sentido, alerta tanto para a vulnerabilidade da atual fase de recuperação, calcada na exportação, quanto para o elevado custo social do ajustamento econômico dos últimos anos.

Recuperação

A recessão, segundo ele, fez com que as empresas aumentassem a produtividade, o que ampliou a competitividade internacional dos produtos. Ao mesmo tempo, as exportações foram favorecidas por uma reformulação na política cambial e pela recuperação da economia americana. "Todos esses fatores viabilizam uma recuperação, ainda que setorial da nossa produção industrial", prossegue, destacando, porém, que no mercado interno não está havendo crescimento correspondente, apenas uma diminuição no nível de queda, como comprovam os dados do comércio: -8% no primeiro bimestre; -6% em março e cerca de -2% em abril; e ainda com aumento de inadimplência na venda a crédito de 6% este ano. Dessa forma, acha que a economia interna não se está beneficiando do aumento de exportação. "Nós estamos exportando nossa renda excedente na forma de pagamento dos juros", acrescentou.

Assim, apesar do quadro econômico não ser tão negro como no final de 1982, a melhor expectativa é de estabilidade no mercado interno, em virtude da diminuição dos salários e do poder aquisitivo. Diniz lembra estatísticas do Banco Mundial de que a renda per capita dos brasileiros declinou 10,6% nos últimos três anos, acrescentando ainda que, como a crise é concentradora de renda, essa queda não foi igual, sendo mais acentuada na base da pirâmide social.

Renegociação

No setor externo, sugere uma estratégia de renegociação global das amortizações e juros a vencer nos próximos anos. "Nesse período, o País se comprometeria a gerar superávits comerciais, assegurando, porém, um nível mínimo de importações compatível com as necessidades internas de crescimento." Ao mesmo tempo, no setor interno considera necessário reorientar as atividades produtivas, definindo um eixo de investimentos prioritários compatíveis com a recuperação econômica e a continuidade do processo de ajustamento.

Os investimentos, então, deveriam concentrar-se na continuidade dos programas de substituição de importações (energia e bens de capital) e de exportações; produção agropecuária, para restabelecer a oferta de alimentos; produção de bens de consumo básicos para as classes de baixa renda, incluindo serviços ligados ao desenvolvimento urbano, transportes coletivos, saúde e habitação. Além disso, Diniz propõe reformas das instituições: descentralização e democratização da gestão econômica e financeira do País; reorganização do setor financeiro e redefinição do papel do Estado.

Abertura

Dentro do processo de abertura, a democratização econômica que sugere inclui: unificação dos orçamentos e ampliação dos poderes do Legislativo na área econômica, o que garantiria maior transparência da ação governamental; distribuição mais equitativa da receita tributária nos três níveis de governo e maior autonomia em relação ao Executivo das empresas estatais e do próprio Conselho Monetário Nacional, que deveria ser um órgão independente de formulação de política.

Finalmente, a redefinição da intervenção do Estado na economia abrangeria: aumento da eficiência do Estado nos setores públicos, como saúde, educação, segurança, justiça, transporte, saneamento e habitação; respeito aos princípios federativos; definição de limites à expansão das atividades produtivas estatais; ampliação das atividades de planejamento, com criação de grupos setoriais, onde participassem representantes do setor privado.

Entendimento

"Entendo que também deve ser buscada uma significativa quebra de inflação como resultado de nova postura antinflacionária, destinada a aumentar a oferta de bens e serviços, além de uma efetiva política de renda", conclui Diniz, ao lembrar que todo o plano está ligado à mudança na área política. Nesse sentido, adverte que a sociedade, que se está politizando, não só irá rejeitar um nome para a Presidência da República que lhe desagrade, como também irá cobrar as reformas econômicas indispensáveis. Por isso, não imagina que governo, líderes políticos e Congresso não "cheguem a um entendimento dentro de uma negociação que vise a um candidato aceito pela Nação e a um programa mínimo para os próximos anos". Nessa tarefa histórica, ninguém pode falhar, na opinião de Abílio Diniz, sob o risco de a Nação não mais suportar.